

# Diário do Legislativo de 18/01/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - TRANSCRIÇÃO

2 - ERRATAS

TRANSCRIÇÃO

"Documento da Delegação Parlamentar de Minas Gerais no Encontro de Paris"

Considerando que a inteligência e a razão dos homens devem servir à vida, ao bem-estar e à felicidade da espécie, a Delegação Parlamentar do Estado brasileiro de Minas Gerais, presente aos Encontros de Paris, propõe os seguintes pontos na luta dos povos contra o novo totalitarismo dissimulado na globalização da economia:

I - restauração plena do princípio da autodeterminação dos povos organizados em seus Estados nacionais e da não-intromissão em seus assuntos internos;

II - controle direto, pelas autoridades legítimas de cada Estado Nacional, da entrada e saída de capitais, de mercadorias e de serviços, de acordo com a sua legislação própria e o interesse de seus povos;

III - taxação da saída de capitais, conforme o interesse de cada Estado Nacional, e de acordo com o tempo de sua permanência, quando se tratar de capital estrangeiro;

IV - proibição da entrada de capitais que não tenham destinação produtiva, e cuja aplicação não esteja claramente definida, nem possa ser estritamente controlada pelo Estado Nacional;

V - denúncia dos tratados e acordos internacionais, multilaterais ou bilaterais, que não tenham sido amplamente discutidos pelas sociedades nacionais, e que não tenham tido a prévia aprovação parlamentar, conforme a Constituição de cada Estado signatário;

VI - proibição de experiências biológicas e terapêuticas por parte de empresas e Estados estrangeiros dentro do território de cada Estado Nacional e tendo como cobaias seus cidadãos, mesmo quando se encontrem em território estrangeiro;

VII - controle, pelas comunidades que tenham jurisdição política sobre o território, das bacias hidrográficas e de seu aproveitamento econômico, dentro do princípio de que a água é um bem vital e um patrimônio das populações historicamente vinculadas aos seus mananciais e cursos;

VIII - auditoria da dívida externa dos países devedores e extinção da dívida dos países do hemisfério Sul que, tendo em vista as taxas de juros usadas nos países centrais, já tenham sido amortizadas, que tenham sido contraídas sem prévia e definida autorização parlamentar ou contra os dispositivos constitucionais do país devedor;

IX - proibição da ingerência de forças militares ou policiais de um Estado Nacional no território de outro Estado Nacional, sob qualquer pretexto, incluído o do tráfico de drogas, dentro do princípio de que a repressão aos crimes cometidos pelos seus cidadãos, e em sua jurisdição, deve ser monopólio das autoridades nacionais legitimamente constituídas;

X - criação de um escritório internacional de informação e consulta das entidades e personalidades que se reuniram em Saint-Denis, para a articulação das atividades comuns, dentro do princípio de autonomia de cada população nacionalmente definida."

\* - Publicado de acordo com o texto original, a requerimento do Deputado Marco Régis.

ERRATAS

OFÍCIOS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/1/2000, na pág. 18, col. 1, onde se lê:

"Do Cel.-PM Antônio Borges", leia-se:

"Do Cel.-PM José Antônio Borges".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 582/99

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 28/12/99, na pág. 31, col. 1, substitua-se o Anexo IV pelo que se segue:

ANEXO IV

( a que se refere o art. 7º da Lei nº, de de de 1999)

ALTERAÇÕES A SEREM INTRODUZIDAS NO ANEXO II

I - Fica incluída no Setor Governadoria do Estado a empresa PRODEMGE, com o texto e quadros abaixo redigidos:

GOVERNADORIA DO GOVERNO

PRODEMGE

DIAGNÓSTICO

A PRODEMGE – Cia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais, dentro das premissas previstas para o Sistema Estadual de Informações – SEI, tem orientado sua atuação em três pontos focais que buscam o cumprimento das estratégias do Governo do Estado:

Integrar todos os sistemas de informações da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;

Racionalizar e otimizar os recursos de informática;

Criar informações confiáveis para a atuação operacional e gerencial do Estado.

Modernizar o Estado significa o emprego racional de tecnologias de informática através da integração das informações e unificação dos padrões de informatização e tratamento dos dados. No contexto de um estado com as dimensões e complexidade de Minas, os sistemas corporativos e a descentralização das informação são recursos imprescindíveis para o favorecimento da análise e tomada de decisões para todos os níveis estratégicos dos órgãos e entidades.

A qualidade dos serviços prestados aos cidadãos mineiros tem na informática um adepto importante, que permite eliminar das rotinas da administração pública problemas como pouca agilidade nos processos, carência de informações em tempo hábil, confiabilidade dos dados e trabalhos realizados com redundância por órgãos distintos do Estado.

A modernização tecnológica representa, além dos ganhos sociais, a garantia de reversão de situações nocivas como prejuízos nas arrecadações, dificuldades na tomada de decisões pela falta de informações estratégicas, demora na obtenção de dados necessários para se administrar um contingente tão significativo de municípios.

A concretização de um novo modelo de atuação para a informática no Estado está intimamente ligada a investimentos em crescimento e desenvolvimento técnico e tecnológico do Estado, com forma de garantir o principal objetivo do Governo: possibilitar ao cidadão uma significativa melhoria na prestação dos serviços públicos nos aspectos de eficiência, agilidade, credibilidade do Governo, com uma forte redução no custo operacional da máquina do Estado, já que trabalhos de órgãos distintos não se sobreporão, havendo um perfeito intercâmbio entre essas entidades.

A PRODEMGE acredita que "a informática aproxima cada cidadão do Serviço Público e que um grande governo se faz da democratização das informações".

As tecnologias da informação para os anos 2000/2003 continuarão sendo baseadas na expansão da Internet, a rede mundial de computadores, e suas variações – extranet e a intranet. Essas tecnologias, que já são capazes de disponibilizar a qualquer momento qualquer tipo de informação em locais com um mínimo de estrutura técnica (microcomputador ligado à rede telefônica), continuarão provocando mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais.

A democratização de informações, aumento da concorrência, queda nos preços dos produtos e serviços, redução dos intermediários que não agregam valor, possibilidade de fusão entre grandes empresas, gerando megaempresas para domínio de mercados e redução de pessoal, oportunidades mundiais nos negócios, desemprego estrutural e necessidade de treinamento constante, e criação de nova divisão social – os que têm acesso e os que não tem acesso às redes – e necessidades de decisões rápidas em todos os níveis baseadas em informações precisas e atualizadas já fazem parte do nosso momento atual.

A tendência é de que esses fenômenos, já presentes na sociedade, se confirmem e se reforcem nos próximos quatro anos. Para enfrentar esses desafios, a administração pública deverá estar sintonizada com as novas exigências da sociedade, devendo adotar desde já diretrizes que garantam a qualidade de seus serviços.

DIRETRIZ

Democratizar as informações, fazendo com que cada vez mais as informações necessárias cheguem aos cidadãos do Estado, tornando disponíveis os sistemas existentes, através da criação de novos sistemas e da utilização de tecnologias que tornem o acesso a essas informações fácil e barato.

OBJETIVOS

Modernizar e racionalizar a administração pública estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente;

Dar acesso e expandir a infra-estrutura de comunicação de dados, adequando-a às necessidades da administração pública, promovendo agilidade, dinamismo e maior cobertura no Estado. Fazer a atualização tecnológica da rede de dados via satélite para suportar transferência de grandes volumes de dados, voz e imagem e dar acesso à Internet por linha discada;

Reestruturar o parque computacional do Estado, possibilitando a migração dos sistemas que estão sendo processados em computadores de grande porte para redes de microcomputadores instaladas junto a seus responsáveis, a fim de garantir maior agilidade e confiabilidade quando à atualização dos dados;

Modernização e integração dos Sistemas de Informações do Estado, disponibilizando a conexão das unidades setoriais de informatização e também informações integradas e gerenciais através de redes de computadores e sistema integrado de gestão.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO

2000												
SETOR: PRODEMGE												
Programas e Metas	Metas: Quantificação e Regionalização											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total	
Modernização e Integração da Informática no Estado												
Modernizar e racionalizar a Administração pública estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente												
Kit com roteador, switches, hubs adquirido e implantado (kit)	7	5	3	4	2	4	2	4	4	3	38	
Conjunto de software e hardware para atualização da Rede de Comunicação de Dados adquirido e mantido (unidade)	2										2	
Processador adquirido e ampliado (unidade)	1										1	
Servidor para downsizing, laboratório e apoio ao desenvolvimento adquirido (unidade)	6										6	
Sub-sistema para armazenamento de dados e imagens adquirido (unidade)	3										3	
No-break adquirido (unidade)	1										1	
Licença de software adquirido (unidade)	836										836	
Estações de trabalho adquiridas e atualizadas (unidade)	25										25	
Kit para acompanhamento do PSI instalado (kit)	19										19	
Kit de software e hardware para gestão de informações (SEI) adquirido e instalado (kit)	20										20	
PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003												
PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO												
2001 / 2003												





Programas e Metas	Metas: Quantificação e Regionalização										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Modernização e Integração da Informática no Estado											
Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente.											
Kit com roteador, switches, hubs adquirido e implantado (kit)											-
Conjunto de software e hardware para atualização da Rede de Comunicação de Dados adquirido e mantido (unidade)											-
Processador adquirido e ampliado (unidade)											-
Servidor para downsizing, laboratório e apoio ao desenvolvimento adquirido (unidade)	4										4
Sub-sistema para armazenamento de dados e imagens adquirido (unidade)	2										2
No-break adquirido (unidade)											-
Licença de software adquirido (unidade)	100										100
Estações de trabalho adquiridas e atualizadas (unidade)	75										75
Kit para acompanhamento do PSI instalado (kit)											-
Kit de software e hardware para gestão de informações (SEI) adquirido e instalado (kit)											-
<b>PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003</b>											
<b>PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS</b>											
2000											
SETOR: PRODEMGE											
											RS\$1.000,00
	Despesas Correntes					Despesas de Capital					
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total			Total					

Modernização e Integração da Informática no Estado			-	7.839	7.839
Aporte de Capital			-	1	1
Total	-	-	-	7.840	7.840

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2001/2003					
SETOR: PRODEMGE					
					RS1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Modernização e Integração da Informática no Estado	-	-	-	4.487	4.487
Aporte de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	4.487	4.487

II - ficam substituídos o texto e os quadros relativos ao Setor Casa Civil e Comunicação Social pelo texto e quadros abaixo redigidos:

#### CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

##### DIAGNÓSTICO

A Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social - SECCS vem-se definindo ao longo de sua história como formuladora e articuladora dos objetivos de governo acordados nos diferentes níveis de poder, para que sejam efetivamente alcançados segundo o modelo burocrático de cada tempo político.

Hoje, com a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, o governo, atento à necessidade de reconstruir Minas, quer fazê-lo com energia, pensando numa dimensão moderna, eficiente, voltada para o atendimento ao cidadão.

Neste momento político, a Reforma do Estado significa melhorar não apenas a organização e o pessoal mas também suas finanças e todo o sistema institucional-legal, permitindo uma relação harmoniosa e positiva com a sociedade civil.

Na medida em que a atual tecnologia oferece instrumentos eficientes de apoio à tomada de decisões, é necessário um projeto de informação e comunicação que permita a interligação e o redirecionamento estratégico dos diversos sistemas de informação existentes, de forma a incorporar os novos conceitos de gestão do aparelho do Estado.

O Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (Detel-MG), autarquia vinculada à SECCS, tem como objetivo básico a formulação, execução e fiscalização da

política estadual de telecomunicações no que se refere à repetição e retransmissão de sinais de televisão, comunicação de dados, telefonia rural e radiodifusão sonora.

A atividade fim do Detel-MG possibilita ao Estado o cumprimento de importante ação social, pois beneficia as populações que se encontram isoladas, sem nenhum meio de comunicação. Atua em regiões em que as empresas privadas não têm interesse comercial em investir por falta de retorno financeiro. Nestes locais, o Detel-MG, obedecendo diretrizes políticas estabelecidas pelo governador, promove a implantação de postos telefônicos rurais e sistemas de retransmissão de sinais de televisão.

Outra atividade é o planejamento e consultoria técnica ao sistema de telecomunicações do Estado. O Detel é o órgão estadual competente para elaborar projetos e emitir laudos e pareceres técnicos para todos os órgãos e empresas da administração pública estadual. De acordo com a demanda, prevê-se a emissão de 300 documentos técnicos por ano, entre projetos e pareceres.

O principal problema para a plena execução de seus objetivos e atendimento de todas as demandas é a carência de recursos financeiros para investir em obras. Para minimizar esta situação a autarquia vem buscando recursos entre órgãos e entidades públicos e privados mediante contratos e convênios de parceria.

A Loteria do Estado de Minas Gerais - Lotemig, entidade autárquica vinculada à SECCS, tem como competência o planejamento, coordenação, execução e controle do jogo lotérico explorado pelo Estado de Minas Gerais, cuja renda líquida é destinada a obras e serviços de assistência social, educativa, cultural e esportiva.

Outra autarquia vinculada à SECCS, a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais vem desempenhando sua principal missão - a de editar e imprimir o jornal Minas Gerais. Sua circulação, especialmente no âmbito das administrações direta e indireta do governo e ainda a confecção de impressos para os órgãos estaduais têm o objetivo de prestar serviços da mais alta qualidade ao setor público do Estado, a fim de que todos recebam, no menor prazo possível, as notícias e os atos oficiais.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado, a direção da Imprensa Oficial tem como diretriz a auto-suficiência financeira da autarquia. Para atender a demanda do governo, estão programadas a expansão e o aperfeiçoamento do Parque Industrial da IOMG.

A Rádio Inconfidência, empresa vinculada à SECCS, tem por objetivo integrar todas as regiões do Estado na divulgação das ações do governo, auxiliar na formação da cidadania através da democratização das informações e possibilitar a comunicação de forma institucional, de orientação social e de prestação de serviços à comunidade.

O diagnóstico setorial da empresa, que tem como indicadores a rapidez e exatidão na divulgação das informações, evolução tecnológica na radiodifusão e pesquisas indicativas de abrangência de audiência, propõe um gerenciamento de forma objetiva e participativa para integrar as regiões do Estado, proporcionando à sociedade informações culturais, jornalísticas e esportivas.

A rápida evolução tecnológica na área de radiodifusão e o não reaparelhamento dos equipamentos já obsoletos constitui um grande desafio para a emissora, que espera superá-lo através de recursos aportados por campanhas publicitárias institucionais de organismos governamentais e outros próprios, arrecadados na iniciativa privada.

As funções da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, com sua extinção, foram incorporadas pela SECCS. Assim a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social procurará pôr em prática a política de fortalecimento dos municípios.

Um dos caminhos a seguir é promover um programa de cooperação técnica intergovernamental, através da capacitação e fortalecimento do poder local. O novo pacto federativo resultante da Constituição de 1988 promoveu uma expressiva ampliação das competências de esfera municipal, embora as transferências de recursos financeiros não se tenham processado na mesma magnitude.

Uma das formas encontradas e em permanente implementação é o associativismo municipal nos moldes em que vinha sendo praticado pela Seam, a qual tem nas Associações Microrregionais o mais consistente elo para a prática otimizada do planejamento e articulação entre as três áreas de governo (federal, estadual e municipal), o que resulta em benefícios concretos para as comunidades mineiras, concomitantemente a uma ação de articulação justa e democrática.

A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), desde a sua criação em 1964, vem buscando o desenvolvimento e planejamento de ações que visam à melhoria de qualidade de vida da população do Vale do Jequitinhonha.

Em face das dificuldades financeiras que afetaram o repasse de recursos à autarquia, a sua finalidade precípua institucional se viu prejudicada. Apesar disso, merece destaque a execução do projeto "Promoção do Artesanato do Vale do Jequitinhonha", através de aquisição de peças para revenda pela Codevale e realização de feiras e exposições de artesanato para divulgar e comercializar a arte popular, resultando no fortalecimento e autonomia do artesão como categoria produtiva e representativa da arte regional.

Tal ação foi resultado de uma reivindicação dos artesãos de se capacitarem para o autogerenciamento da atividade de comercialização de sua produção artesanal.

O Vale do Jequitinhonha sofre ciclicamente de longas estiagens, que são notoriamente conhecidas. Essa carência generalizada de água representa forte obstáculo a seu desenvolvimento sócio-econômico, levando a população, em grande número de municípios, a uma situação de calamidade que espalha a miséria em várias direções. Estas estiagens flagelam sobremaneira a agricultura. Em certos casos, inviabiliza esta atividade.

Visando minimizar os efeitos causados pelo fenômeno da seca, a Codevale propõe a distribuição de kits para irrigação e a construção de pequenos açudes.

As demandas educacionais oriundas do meio rural são as mais expressivas, uma vez que a população regional é intensamente concentrada aí. Uma maneira de minimizar e solucionar os problemas de cada área seria a celebração de convênios com as prefeituras para construção e reforma de escolas, cabendo à Codevale a elaboração dos projetos técnicos, liberação dos recursos e fiscalização das obras.

## DIRETRIZES

A SECCS, coordenadora do comando político-administrativo estadual, busca no seu Projeto de Lei nº 399/99 uma reestruturação organizacional que melhore sua capacidade de informação e articulação, permitindo que as tomadas de decisões sejam mais corretas e que os serviços públicos, tanto os exclusivos que funcionam diretamente sob seu comando, quanto os competitivos que estão diretamente subordinados, operem com mais eficiência a fim de garantir ao aparelho do Estado implementar leis e políticas públicas;

Promover e dar suporte técnico às prefeituras e às Associações Microrregionais propiciando também ações que visem à articulação municipal;

Apoiar e fortalecer a política de desenvolvimento administrativo municipal;

Criar mecanismos de aperfeiçoamento dos recursos humanos que atuam nas Administrações Municipais;

Prestar assessoramento para solução dos problemas municipais identificados, com vistas à municipalização das ações, tornando disponíveis alternativas tecnológicas apropriadas;

Orientar o desenvolvimento de trabalho de comunicação e mobilização comunitários, liderado por agentes locais;

Elaborar e implementar o planejamento das atividades da Codevale procedendo a sua reestruturação administrativa, a capacitação e reciclagem de seus recursos humanos e a informatização em todas as unidades administrativas;

Elaborar, coordenar e executar os planos, programas, projetos e atividades de aproveitamento dos recursos da região do Vale do Jequitinhonha, para buscar o seu desenvolvimento econômico e social.

## OBJETIVOS

### Dimensão institucional

Alterar sua estrutura organizacional em função das diretrizes gerais do atual governo de eliminar atividades onerosas, transferindo e incorporando ações segundo o princípio da efetividade, entendido como a capacidade de ver obedecidas e implementadas com segurança as decisões de governo;

Fornecer e compartilhar informações sobre a organização governamental e suas macroatribuições.

### Dimensão gerencial

Uma administração gerencial com efetiva cooperação entre administradores e servidores, implementando a mudança da cultura burocrática rígida para a nova cultura de valorização do servidor;

Incrementar sistemas de informações com uso da informática para melhorar os métodos de gestão, possibilitando práticas gerenciais modernas, com maiores recursos de articulação com o aparelho de Estado no Plano Setorial de Informatização (PSI);

Estabelecer padrões de integração e de suporte tecnológico ao desenvolvimento de novos sistemas, mantendo e melhorando os atuais;

Coletar informações com métodos coerentes, sem duplicidade, processadas com segurança e eficiência, que possuam caráter gerencial disponível para toda a administração pública por vários meios de comunicação e publicidade, enfatizando sistemas de fácil acesso como a Internet;

Atender os pedidos em carteira para instalação de 1.800 postos telefônicos rurais, distribuídos pelos 853 municípios mineiros, a instalação de 292 sistemas de retransmissão dos sinais da Rede Minas, o que completaria a cobertura de todo território mineiro com os sinais da Rede Oficial de Televisão. Há ainda, dependendo da demanda, a possibilidade de se instalarem 300 sistemas para as redes de TV comerciais;

Aumentar a arrecadação da Lotemig através da criação de novas modalidades de jogos lotéricos e a dinamização da comercialização destes novos produtos;

Expandir e aperfeiçoar o Parque Industrial da IOMG, aliados a sistemas de informatização, treinamento e habilitação técnica dos profissionais de todas as áreas, ampliação da qualidade gráfica do jornal e implantação de métodos de gestão eficientes;

Gerenciar a execução dos projetos delegados à Secretaria e à Codevale, em especial o PRÓ-COMUNIDADE, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (Padem), o Programa de Assistência Técnica às Escolas Rurais (Patep), e o Associativismo Municipal;

Apoiar os municípios e as associações microrregionais através de assistências jurídica e contábil, informações técnicas, elaboração de projetos técnicos e treinamento de pessoal;

Possibilitar às administrações municipais a solução dos principais problemas de saneamento ambiental, através da mobilização e integração das estruturas do governo estadual, sob a ótica do desenvolvimento sustentável;

Apoiar a criação, estimular o fortalecimento e a consolidação das Associações Microrregionais de Municípios e prestar-lhes assistência técnica;

Propor programas, projetos e ações que visem à articulação e ao desenvolvimento integrado dos municípios mineiros através das Associações Microrregionais;

Apoiar os municípios na execução de obras de infra-estrutura urbana e rural mediante repasse de recursos financeiros e subvenções;

Promover o aperfeiçoamento e a atualização técnica dos professores das escolas municipais rurais visando à redução dos índices de evasão e repetência nas referidas unidades de ensino;

Apoiar e promover entidades sociais e municípios preferencialmente de até 30 mil habitantes por meio de subvenções sociais, transferências e auxílios para despesas de capital;

Treinar servidores das Administrações Municipais e das Associações Microrregionais de Municípios, a fim de melhorar o desempenho de suas atividades;

Orientar as administrações municipais na elaboração e na implementação de projetos que visem à disposição final de resíduos sólidos urbanos, objetivando a elevação do padrão sanitário e ambiental, bem como assessorá-las na aplicação de recursos financeiros destinados a ações de saneamento ambiental;

Apoiar e assessorar os municípios para que, através de legislação e ações próprias, definam o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de acordo com as condições e necessidades locais;

Negociar recursos nacionais ou estrangeiros para realização de programas, projetos e atividades destinadas ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e ao aproveitamento máximo do seu potencial;

Planejar e desenvolver ações que visem incentivar a produção artesanal do Vale e promover sua comercialização;

Promover a melhoria do nível de vida da população regional, mediante a elaboração, o incentivo e a coordenação de projetos de infra-estrutura, saneamento, melhoria habitacional, agricultura, transporte, comunicação, educação e saúde;

Prestar assessoria técnica às entidades e associações comunitárias existentes no Vale do Jequitinhonha, para a consecução de seus objetivos;

Acompanhar os projetos e obras desenvolvidas por outras entidades públicas, certificando-se de que seus objetivos estão sendo cumpridos de forma adequada às condições e às









Promoção do Desenvolvimento Municipal												
Fortalecer o Desenvolvimento municipal, valorizando o papel das lideranças municipais, através de políticas de descentralização das ações de governo, do desenvolvimento municipal e microrregional do desenvolvimento integrado do espaço físico, urbano e rur												
Município atendido (município)	853											853
Município beneficiado (município)	600											600
Entidade beneficiada (entidade)	300											300
Projeto realizado (projeto)	200											200
Associações Microrregional atendida (associação microrregional)	39											39
Professor treinado (professor)	500											500
Promoção do Desenvolvimento Regional												
Desenvolver projetos e atividades de aproveitamento dos												
recursos da região do Vale do Jequitinhonha, visando												
seu desenvolvimento econômico e social.												
Evento realizado (evento)									5			5
Artesão apoiado (artesão)									120			120
Associação de artesanato organizada (associação)									4			4
Peça de artesanato comprada (peça)									10.000			10.000
Peça de artesanato vendida (peça)									8.000			8.000

Evento de artesanato realizado(evento)											5		5
Projeto de Desenvol. Realizado(projeto)											9		9
Planejamento Urbano													
Fomentar o desenvolvimento urbano de municípios do													
estado, através do financiamento de projetos.													
Município com empréstimo contratado (município)		9	16	16	10	8	8	8	8	6	10		99
Empresa financiada (empresa)		1											1
Promoção, Produção e Difusão Cultural													
Apoiar, incentivar, realizar e divulgar atividades artísticas e culturais com vistas a democratizar o acesso da população aos bens culturais e a fortalecer o setor de produção cultural, realizar estudos e pesquisas sobre a produção artística e as manifestações culturais do Estado, visando desenvolver, fomentar e difundir a cultura mineira em sua diversidade.													
Programa Cultural Educativo e Artístico Produzido (Programa)		120											120
Programa Jornalístico Realizado (Programa)		936											936
Prog. Cultural, Educ., e Artíst. Prod. e Apresentado (Programa)		1.324											1.324
Prog. Cultural Educativo e Artístico Veiculado (Programa)		988											988

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO





Exploração de Loterias												
Explorar o jogo lotérico em Minas Gerais, para financiamento de obras e serviços de Assistência Social, Educativa, cultural e Esportiva												
Recurso arrecadado ( R\$ mil )	71.100											71.100
Produção de Serviços Gráficos												
Produzir, editar e supervisionar o Jornal "Minas Gerais" bem como serviços gráficos em geral												
Jornal Minas Gerais Editado (edição)	756											756
Impresso Editado (impresso/mil)	90.000											90.000
Comercialização Gráfica												
Comercializar o Jornal "Minas Gerais" e serviços gráficos.												
Assinatura realizada (assinatura)	75.000											75.000
Jornal avulso vendido (jornal)	60.000											60.000
Promoção de Telefonia Rural												
Expandir os benefícios da telefonia para área rural no estado de Minas Gerais, mediante implantação de postos telefônicos rurais.												
Posto telefônico rural instalado (posto telefônico)		249	220	229	61	57	85	36	130	121	162	1.350







Prog. Cultural, Educ., e Artíst. Prod. e Apresentado (Programa)		4.240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.240
Prog. Cultural Educativo e Artístico Veiculado (Programa)		3.163	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.163

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2000					
SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL					
					RS1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	8.108	16.489	24.597	20.508	45.105
			-		-
Obrigações Especiais	18.565	1	18.566		18.566
			-		-
Implementação do Plano Setorial de Informatização		2.837	2.837	222	3.059
			-		-
Supervisão e Coordenação Superior	1.567	1.228	2.795		2.795
			-		-
Divulgação Oficial	624	10.009	10.633		10.633
			-		-
Ação de Ouvidoria de Policia	71	90	161		161
			-		-
Exploração de Loterias	525	25.102	25.627	1.270	26.897

			-		-
Ouvidoria Ambiental	71	3	74		74
			-		-
Produção de Serviços Gráficos	2.600	7.680	10.280	3.700	13.980
			-		-
Comercialização Gráfica	510	35	545	20	565
			-		-
Promoção de Telefonia Rural			-	500	500
			-		-
Promoção da Radiodifusão	433	690	1.123		1.123
			-		-
Planejamento e Consultoria Técnica ao Sistema de Telecomunicações	353	73	426		426
			-		-
Adequação do Sistema de Radiodifusão	2.130	395	2.525	1	2.526
			-		-
Promoção do Desenvolvimento Municipal	419	96	515	30.200	30.715
			-		-
Planejamento Urbano			-	18.794	18.794
			-		-
Promoção, Produção e Difusão Cultural	146	1.135	1.281		1.281
			-		-
Radiodifusão	61	324	385	1.100	1.485
			-		-
Total	36.183	66.187	102.370	76.315	178.685

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2001/2003					
SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	26.438	64.265	90.703	9.783	100.486
Obrigações Especiais	53.023	3	53.026		53.026
Implementação do Plano Setorial de Informatização	1.624	3.962	5.586		5.586
Supervisão e Coordenação Superior	3.499	2.546	6.045		6.045
Divulgação Oficial	1.908	45.622	47.530	1.295	48.825
Ação de Ouvidoria de Policia	229	183	412		412
Exploração de Loterias	3.841	60.435	64.276	6.369	70.645
Ouvidoria Ambiental	683	41	724	20	744
Produção de Serviços Gráficos	5.865	15.398	21.263	7.925	29.188
Comercialização Gráfica	1.339	432	1.771	250	2.021
Promoção de Telefonia Rural	794	483	1.277	1.130	2.407

Promoção da Radiodifusão	2.577	1.248	3.825	453	4.278
Planejamento e Consultoria Técnica ao Sistema de Telecomunicações	2.577	1.248	3.825		3.825
Adequação do Sistema de Radiodifusão	3.825	1.248	5.073	-	5.073
Promoção do Desenvolvimento Municipal	1.334	288	1.622	90.600	92.222
Planejamento Urbano				56.382	56.382
Promoção, Produção e Difusão Cultural	467	3.736	4.203		4.203
Radiodifusão	197	1.082	1.279	3.641	4.920
Total	110.219	202.220	312.439	177.848	490.287

III - fica suprimido o Setor Assuntos Municipais, com os textos e quadros que o integram.

IV - fica substituídos, no Setor Planejamento e Coordenação Geral, os quadros constantes nas páginas 150 a 153 pelos quadros abaixo redigidos:

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2000					
SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
					-
Apoio à Administração Pública	4.251	4.736	8.987	555	9.542
			-		-

Obrigações Especiais	10.786		10.786		10.786
			-		-
Implementação do Plano Setorial de Informatização		414	414	1.766	2.180
			-		-
Sistema Central de Planejamento e Orçamento do Estado	1.100	399	1.499		1.499
			-		-
Negociação e Coordenação de Programas Especiais e Regionais	1.206	112	1.318		1.318
			-		-
Programa de Desenvolvimento Metropolitano		4	4		4
			-		-
Regionais Administrativas	355	3.600	3.955		3.955
			-		-
Aporte de Capital			-	4.559	4.559
			-		-
Estudos Econômicos e Sociais	1.168	353	1.521	9	1.530
			-		-
Estudos Municipais e Metropolitanos	651	408	1.059	5	1.064
			-		-
Estudos Administrativos e Consultoria Organizacional	558	164	722	26	748
			-		-
Serviços de Estatística e Informações	1.146	1.135	2.281	25	2.306
			-		-
Treinamento de Recursos Humanos	601	2.538	3.139	39	3.178
			-		-
Estudos Históricos e Culturais	700	578	1.278	9	1.287
			-		-

Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA		8.000	8.000		8.000
			-		-
Ajustes Setoriais para a Efetividade das Ações de Governo		150	150		150
			-		-
Programa de Planejamento e Gestão		100	100		100
			-		-
Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha			-	4.096	4.096
			-		-
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba/Morro Solto - JAÍBA II		2.430	2.430	86.070	88.500
			-		-
Programa de Desenvolvimento Integrado do Jaíba - JAÍBA I		500	500	5.501	6.001
			-		-
Programa Piloto de Apoio à Reforma Agrária - PARATERRA		464	464	117	581
			-		-
Programa Estadual de Reforma Agrária		4.000	4.000	1.000	5.000
			-		-
Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAM		71	71		71
			-		-
Programa de Desenvolvimento Sustentável para as Bacias de Contribuição do Reservatório de Furnas		500	500		500
			-		-
Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA/MG		500	500		500
			-		-
Programa de Desenvolvimento Auto Sustentável do Semi-Árido Mineiro		500	500	500	1.000
			-		-
Programa Nova Fronteira Noroeste de MG		500	500		500
			-		-

Programa de Desenvolvimento Regionalizado		2.000	2.000		2.000
			-		-
Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em MG			-	1.000	1.000
			-		-
Programa de Mobilização de Comunidades		100	100	3.366	3.466
			-		-
Planejamento Urbano			-	1	1
			-		-
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA			-	58.682	58.682
			-		-
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba			-	8.134	8.134
			-		-
Programa Pró-Floresta			-	9.190	9.190
			-		-
Contribuição a Entidades e Fundos			-	6.000	6.000
			-		-
Recuperação de Bacias Hidrográficas			-	21.494	21.494
			-		-
<b>Total</b>	<b>22.522</b>	<b>34.256</b>	<b>56.778</b>	<b>212.144</b>	<b>268.922</b>
<b>PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003</b>					
<b>PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS</b>					
<b>2001/2003</b>					
<b>SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL</b>					
					<b>R\$1.000,00</b>
	<b>Despesas Correntes</b>			<b>Despesas</b>	

Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
	-	-	-	-	-
Apoio à Administração Pública	13.710	14.208	27.918	1.665	29.583
	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais	34.785	-	34.785	-	34.785
	-	-	-	-	-
Implementação do Plano Setorial de Informatização	-	744	744	4.800	5.544
	-	-	-	-	-
Sistema Central de Planejamento e Orçamento do Estado	3.548	1.197	4.745	-	4.745
	-	-	-	-	-
Negociação e Coordenação de Programas Especiais e Regionais	3.889	1.377	5.266	-	5.266
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Metropolitano	-	12	12	-	12
	-	-	-	-	-
Regionais Administrativas	1.145	10.800	11.945	-	11.945
	-	-	-	-	-
Aporte de Capital	-	-	-	13.677	13.677
	-	-	-	-	-
Estudos Econômicos e Sociais	3.767	1.059	4.826	27	4.853
	-	-	-	-	-
Estudos Municipais	2.099	1.224	3.323	15	3.338

e Metropolitanos					
	-	-	-	-	-
Estudos Administrativos e Consultoria Organizacional	1.800	492	2.292	78	2.370
	-	-	-	-	-
Serviços de Estatística e Informações	3.696	3.405	7.101	75	7.176
	-	-	-	-	-
Treinamento de Recursos Humanos	1.938	7.614	9.552	117	9.669
	-	-	-	-	-
Estudos Históricos e Culturais	2.258	1.734	3.992	27	4.019
	-	-	-	-	-
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA	-	24.000	24.000	-	24.000
	-	-	-	-	-
Ajustes Setoriais para a Efetividade das Ações de Governo	-	450	450	-	450
	-	-	-	-	-
Programa de Planejamento e Gestão	-	300	300	-	300
	-	-	-	-	-
Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha	-	-	-	71.682	71.682
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba/Morro Solto - JAÍBA II	-	3.200	3.200	42.000	45.200
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Integrado do Jaíba - JAÍBA I	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Programa Piloto de Apoio à Reforma Agrária - PARATERRA	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Programa Estadual de Reforma Agrária	-	12.000	12.000	3.000	15.000

	-	-	-	-	-
Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAM	-	213	213	-	213
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Sustentável para as Bacias de Contribuição do Reservatório de Furnas	-	1.500	1.500	-	1.500
	-	-	-	-	-
Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA/MG	-	1.500	1.500	-	1.500
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Auto Sustentável do Semi-Árido Mineiro	-	1.500	1.500	1.500	3.000
	-	-	-	-	-
Programa Nova Fronteira Noroeste de MG	-	1.500	1.500	-	1.500
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Regionalizado	-	6.000	6.000	-	6.000
	-	-	-	-	-
Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em MG	-	-	-	3.000	3.000
	-	-	-	-	-
Programa de Mobilização de Comunidades	-	300	300	10.098	10.398
	-	-	-	-	-
Planejamento Urbano	-	-	-	3	3
	-	-	-	-	-
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA	-	-	-	176.046	176.046
	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba	-	-	-	24.402	24.402
	-	-	-	-	-
Programa Pró-Floresta	-	-	-	27.570	27.570
	-	-	-	-	-
Contribuição a Entidades e Fundos	-	-	-	18.000	18.000

	-	-	-	-	-
Recuperação de Bacias Hidrográficas	-	-	-	64.482	64.482
Total	72.634	96.329	168.963	462.264	631.227

V - fica substituído o Setor Recursos Humanos e Administração, constante nas páginas 169 a 179, pelo Setor Recursos Humanos e Administração na forma abaixo redigida:

## RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

### DIAGNÓSTICO

A Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração (Serha), voltada prioritariamente à gestão de recursos humanos e à administração e modernização dos sistemas de material, patrimônio, transportes e serviços no âmbito da administração pública do Poder Executivo, defrontou-se, nos últimos anos, com grave quadro de fragilização do aparato administrativo estatal.

As políticas implantadas ao longo de vários governos, especialmente as vigentes no último período, implicaram considerável prejuízo aos quadros do funcionalismo público estadual.

Desastrosamente, instituiu-se um quadro em que a demissão de servidores foi implantada como meta prioritária da reforma do Estado, e a sua efetivação feita através de cortes lineares nos quadros de pessoal, implicando evasão de servidores capacitados, sensível desvalorização das carreiras públicas, desmotivação funcional e insuficiências crescentes no funcionamento da administração pública.

A instauração de uma cultura defensiva, de desvalorização do quadro funcional e de descrédito nas instituições, minou consideravelmente o desenho de projetos de desenvolvimento, a motivação, a inovação e a democratização nas organizações estaduais.

As tênues iniciativas direcionadas à capacitação de recursos humanos foram efetivadas de modo compartimentado e divorciado de um planejamento consistente para o desenvolvimento de pessoal.

Verificaram-se a extinção de setores e o desmantelamento de áreas de grande interesse econômico, social ou institucional.

A situação de desequilíbrio da administração pública estadual precisa ser solucionada com medidas que em muito extrapolam a preocupação com a modernização da infra-estrutura e de equipamentos que balizou ações de modernização no governo passado.

Essencial se faz o incremento da eficácia da administração pública pela integração das ações setoriais, a fim de evitar sobreposições de atribuições e o exercício de funções sem representatividade para o alcance de objetivos institucionais. Fundamental é também a racionalização de processos de trabalho para conseguir maior eficiência das organizações estaduais.

No entanto, o desenvolvimento de uma cultura que direcione a vida institucional para o aumento da eficácia, eficiência e maior transparência perante a sociedade demanda acordos claros firmados com o funcionalismo estadual.

Somente através da demonstração de respeito do governo pelo servidor público será possível resgatar o comprometimento, a motivação e o trabalho a favor dos interesses sociais da população de Minas Gerais.

### DIRETRIZES

Implementar políticas de valorização do servidor e direcionar esforços para a sua formação, capacitação profissional e educação continuada, para agilizar o processo decisório e melhorar a eficácia administrativa, proporcionando melhoria na qualidade dos serviços prestados;

Controlar e estudar as evoluções dos cargos e vencimentos da administração direta e indireta, elaborando planos de carreiras dos servidores públicos;

Gerir e executar as atividades relativas ao pagamento de pessoal e à previdência pública estadual, de forma a possibilitar ao Estado a reorganização de suas finanças, a recuperação da capacidade de investimento e a valorização do servidor público;

Promover, de maneira gradual, modulada e coordenada, a desconcentração e descentralização de atividades institucionais para diversas áreas geográficas do Estado, com o propósito de dar maior agilidade no desenvolvimento dos processos e melhor adequação do desempenho de atribuições, em função das necessidades regionais;

Implementar trabalhos voltados à generalização, racionalização e padronização de sistemas, com vistas à maior eficiência no desenvolvimento de processos;

Otimizar a administração de imóveis através da reorganização do controle de bens, de forma a imprimir maior organização à gestão patrimonial, viabilizando melhor planejamento de espaço para as atividades do Estado;

Promover a descentralização gradual de atividades relativas à aquisição de material para execução por parte dos órgãos da administração direta do Poder Executivo Estadual;

Atualizar e adaptar a legislação estadual vigente a fim de racionalizar os serviços gerais da administração de bens móveis e imóveis, do uso da frota de veículos oficiais, das contratações de prestação de serviços e de recursos humanos;

### OBJETIVOS

Implementar programas relativos à capacitação de recursos humanos;

Criar o banco de dados de carreiras da administração direta e indireta do Estado;

Incrementar projetos de normatização, racionalização, padronização e modernização da administração pública estadual;

Concluir o desenvolvimento e implantar o Sistema Integrado de Administração de Pessoal;

Concluir o desenvolvimento e implantar o Sistema Integrado de Administração;

Aperfeiçoar e expandir a implementação do Sistema Único de Protocolo;

Desenvolver ações pedagógicas de cunho preventivo, visando à minimização de casos de ilícitos administrativos.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003											
PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO											
2000											
SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO											
Programas e Metas	Metas: Quantificação e Regionalização										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Apoio à Administração Pública											
Desenvolver ações de caráter administrativo e financeiro visando garantir o apoio dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais à execução das ações de governo.											
Perícia médica realizada (perícia)	2.040	30	80	60	20	25		25	25	45	2.350
Gerenciamento de pagamento de pessoal mantido (sistema)	1										1
Procedimento administrativo de correição realizado (procedimento)	510		50	90		120			30		800
Servidor treinado (servidor)	70										70
Exame médico realizado (exame)	8.000	3.000	1.780	60	600	1.500		1.700	15	2.700	19.355
Licença concedida (licença)	17.300	3.500	4.050	3.300	1.100	2.500		4.700	1.300	3.100	40.850



Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente.											
Projeto executado (projeto)	3										3
Desenvolvimento de Recursos Humanos											
Desenvolver recursos humanos para permanente aprimoramento da sua atuação funcional.											
Servidor treinado (servidor público)	8.900										8.900

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003											
PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO											
2001 / 2003											
SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO											
Programas e Metas	Metas: Quantificação e Regionalização										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Apoio à Administração Pública											
Desenvolver ações de caráter administrativo e financeiro visando garantir o apoio dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais à execução das ações de governo.											
Perícia médica realizada (perícia)	6.707	96	264	204	66	81		81	81	147	7.727



Leilão de veículo anti-econômico realizado (veículo)	3.030										3.030
Recolhimento e redistribuição de veículo realizado (veículo)	3.350										3.350
Sistema Integrado de Administração Geral desenvolvido e implantado (sistema)	1										1
Sistema de Controle Imobiliário aperfeiçoado (sistema)	1										1
Implementação do Plano Setorial de Informatização											
Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente.											
Projeto executado (projeto)											-
Desenvolvimento de Recursos Humanos											
Desenvolver recursos humanos para permanente aprimoramento da sua atuação funcional.											
Servidor treinado (servidor público)	26700										26.700

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2000					

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	10.647	2.995	13.642		13.642
Obrigações Especiais	39.876	1.000	40.876		40.876
Implementação do Plano Setorial de Informatização		7.378	7.378	198	7.576
Administração Pública Estadual	1.207	209	1.416		1.416
Desenvolvimento de Recursos Humanos	219	11	230		230
Aporte de Capital			-	1	1
Total	51.949	11.593	63.542	199	63.741

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2001/2003

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total















Convênio Biblioteca - Polo Celebrado (Convênio)	3			1			2	2	3		11
Biblioteca Assessorada (Biblioteca)	97										97
Acervo Doador (Biblioteca)	535										535
Pessoal Treinado (Treinando)	480										480
Livro Processado (Volume)	90.000										90.000
Publicação Periódica Processada (Título)	382										382
Material não Bibliográfico Processado (Material)	1.050										1.050
Livro Adquirido (Volume)	33.020										33.020
Publicação Periódica Adquirida (Título)	420										420
Material não Bibliográfico Adquirido (Material)	1.050										1.050
Serviço de Processamento Automatizado (Serviço)	16										16
Usuário Atendido (Usuário)	1.398.158										1.398.158
Evento Realizado (Evento)	159										159
Serviço de Atendimento Automatizado (Serviço)	63										63
	6										6
Promoção, Produção e Difusão Literária											
Fomentar e promover a atividade literária através da realização											
de concursos e de publicações literárias											
Publicação Editada (Publicação)											
Suplemento Literário Editado (Edição)	36										36
Concurso Literário Realizado (Obras Inscrições)	3.770	700	600	300	110	110	90	100	110	110	6.000



Ministrar cursos de formação cultural, visando dotar o setor dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento e fortalecer o mercado de trabalho através da formação e do aperfeiçoamento de profissionais para a produção cultural											
Curso/Congêneres Realizado (Curso/Congêneres)	207	90	90	90	90	90	90	90	90	90	1.017
Aluno Formado (Aluno)	3.585	2700	2700	2700	2700	2700	2700	2700	2700	2700	27.885
Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural											
Proteger, preservar restaurar e conservar o acervo cultural do Estado											
Processo de Tombamento Realizado (Processo)	8			4			6		3		21
Pesquisa Realizada (Pesquisa)	3		2						3	3	11
Assessoria e Consultoria Prestada (Assess./Consultoria)	65	7	20	5	6	12	9	4	5	4	137
Projeto Elaborado/Aprovado (Projeto)	27	9	9	4	2	2	2	9	7	4	75
Obra Executada/Acompanhada (Obra)	9	5	5	2	2	2		5	3	3	36
Implementação do Plano Setorial de Informatização											
Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual visando torná-la mais ágil e eficiente											
Projeto Executado (Projeto)											
PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003											

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2000					
SETOR: CULTURA					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	3.044	3.893	6.937	107	7.044
Obrigações Especiais	3.899	-	3.899	-	3.899
Ação Arquivística	247	6	253	-	253
Ação Museológica	288	6	294	-	294
Ação Bibliotecária	885	41	926	-	926
Promoção, Produção e Difusão Literária	81	47	128	-	128
Promoção, Produção e Difusão Cultural	3.122	809	3.931	21	3.952
Formação de Recursos Humanos para Área Cultural	746	59	805	-	805
Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural	739	140	880	-	880
Implementação de Plano Setorial de Informatização	-	112	112	63	175
<b>Total</b>	<b>13.050</b>	<b>5.113</b>	<b>18.163</b>	<b>191</b>	<b>18.355</b>
PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2001/2003					
SETOR: CULTURA					
					RS\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	9.817	14.271	24.088	811	24.899
Obrigações Especiais	12.574	-	12.574	-	12.574
Ação Arquivística	795	36	831	-	831
Ação Museológica	929	36	965	-	965
Ação Bibliotecária	2.853	150	3.003	-	3.003
Promoção, Produção e Difusão Literária	260	1.680	1.940	20	1.960
Promoção, Produção e Difusão Cultural	10.069	2.448	12.517	40	12.557
Formação de Recursos Humanos para Área Cultural	2.405	386	2.791	-	2.791
Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural	2.384	273	2.657	450	3.107
Implementação de Plano Setorial de Informatização	-	336	336	-	336
Total	42.087	19.616	61.703	1.321	63.024

VII - fica acrescentado o Setor Turismo, com o texto e quadros abaixo redigidos:

TURISMO

DIAGNÓSTICO





Empreendimento Fiscalizado ((Empreendimento)	210											210
Evento Realizado (Evento)	3											3
Material Promocional Editado (Material)	26.000											26.000
Artesão Requalificado (Artesão)	1.200											1.200
Artesão Cadastrado (Artesão)	100											100

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2000					
SETOR: TURISMO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	938	523	1.460	25	1.485
Obrigações Especiais	1		1		1
Implementação do Plano Setorial de Informatização		39	39	127	166
Promoção do Desenvolvimento do Turismo	328	332	660	3	663
Total	1.267	894	2.160	155	2.315

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2001 - 2003					
SETOR: TURISMO					
					RS1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	3.023	1.569	4.592	74	4.666
Obrigações Especiais	3	-	3	-	3
Implementação do Plano Setorial de Informatização		117	117	381	498
Promoção do Desenvolvimento do Turismo	1.058	995	2.054	9	2.063
Total	4.085	2.681	6.766	464	7.230

VIII - fica substituído o setor Indústria, Comércio e Turismo, constante nas páginas 413 a 426, pelo setor Indústria e Comércio, com o texto e quadros abaixo redigidos:

#### INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### DIAGNÓSTICO

Ocupando posição de destaque no cenário nacional por sua localização estratégica, extensão territorial, grande mercado produtor e consumidor por várias décadas, Minas Gerais vem-se esforçando para manter esta posição após a abertura da economia brasileira e o processo mundial de globalização nos últimos anos.

O ano de 1998 foi marcado por muitas incertezas e turbulências e o quadro econômico ainda não está definido em 1999.

Ambiente macroeconômico: a desvalorização do real, juros elevados, inexistência de políticas setoriais e o desemprego são fatores que se destacam como empecilhos ao desenvolvimento social do Estado, que mesmo assim tem mantido suas conquistas e novos avanços realizados com o esforço e a persistência do empresariado, dos trabalhadores e do governo de Minas.

Com uma População Economicamente Ativa (PEA) de 7.841.383 pessoas no Estado, a indústria absorve 19,89%, o setor de serviços 52,64%, e a agricultura 27,47%. A renda per capita anual atinge US\$ 4.710,00 e, entre os estados brasileiros, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcança 0,823 (9º lugar).

Em sintonia com a política determinada pelo governo, a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo busca construir uma plataforma de modernização e projeção da economia mineira visando incrementar a internacionalização das empresas, estimulando a maior participação do empresariado no comércio internacional e facilitando seu engajamento no processo exportador. A aproximação maior com o setor privado, em especial com as micro, pequenas e médias empresas, incrementa as exportações no estreitamento das relações de Minas com outros países através de contatos permanentes com representantes de órgãos internacionais. A adoção de políticas que possibilitem consolidar e atrair investimentos industriais compatíveis à realidade de Minas Gerais, com suas potencialidades econômicas regionais, com o aproveitamento do potencial de florestas de eucalipto e pinus, para o desenvolvimento da indústria madeireira, e o incremento do pólo moveleiro, que hoje é o quarto do país.

Apesar dos fatores inibidores do crescimento econômico, a indústria mineira tem ensaiado alguma recuperação. O nível de emprego e a massa salarial, entretanto, demonstram retração de seus níveis, o que afeta o mercado de trabalho. Contra as dificuldades da economia e o comércio internacional, os empresários mineiros e o governo vêm trabalhando na busca de melhores resultados, contribuindo, ainda, com a balança comercial brasileira na ordem de US\$ 3,5 bilhões em 1998. A participação setorial de Minas, em dados recentes, está assim distribuída:

Item	MG	Brasil	Participação MG/BR (%)
PIB-US\$ Bilhões	78,7	806,7	9,76
Participação Setorial (%)			
Agropecuária	15,67	7,62	-
Indústria	37,70	33,88	-
Serviços	46,63	58,50	-
Produção Setorial (US\$ Bilhões)			
Agropecuária	12,33	61,47	20,06
Indústria	29,67	273,31	10,86
Serviços	36,70	471,92	7,78
Comércio Exterior (US\$ Bilhões)			
Exportações	7,22	52,986	13,63
Importações	2,27	61,358	3,70

Fonte: Revista Mercado Comum - Ano VI – Número 113 – 1999

Brasil, Minas Gerais, Regiões e Estados Selecionados

Crescimento da Produção Industrial

Anual e Acumulada

Regiões e Estados	Taxa de Crescimento (%)

	1987	1993	1996	1998	<b>Acumulada 1987/98</b>
Brasil	0,9	7,5	1,7	-2,1	<b>7,4</b>
Minas Gerais	2,0	5,2	4,9	-4,1	<b>20,4</b>
São Paulo	-0,1	8,6	-1,3	-3,1	<b>-0,2</b>
Rio de Janeiro	0,0	3,4	4,2	7,2	<b>10,0</b>
Região Sul	1,2	10,9	2,1	-2,4	<b>16,5</b>
Região Nordeste	3,7	-2,0	1,0	1,4	<b>3,2</b>

Fonte: IBGE

Elaboração: Indi

#### Minas Gerais

#### Exportações

(%)

	1980	1997
Produtos Primários	59	44
Produtos Manufaturados	17	35
Produtos Semimanufaturados	24	21
Produtos Industrializados	41	56

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior-MIC

Elaboração: Indi

A escassez de recursos e a guerra fiscal vêm exigindo ação política forte e estratégia comum entre os empresários na busca de reversão do processo para um desenvolvimento econômico sustentável. O combate ao desemprego e benefícios às comunidades de baixa renda são objetivos embutidos nas metas do Programa de Trabalho para os próximos anos.

#### DIRETRIZES

Interiorizar o desenvolvimento industrial e comercial afim de diminuir as desigualdades regionais, levando em conta o aproveitamento das potencialidades locais;

Priorizar o atendimento às micros, pequenas e médias empresas;

Incrementar a internacionalização das empresas mineiras;

Consolidar e atrair investimentos industriais compatíveis à realidade de Minas Gerais;

Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais apoiando políticas de combate ao desemprego e de atendimento às comunidades de baixa renda.

#### OBJETIVOS

Interiorizar e equilibrar o desenvolvimento regional bem como aprofundar e ampliar ligações com o mercado externo;

Expandir a produção e o emprego;



Pública Estadual visando torná-la mais ágil e eficiente												
Projeto Executado (Projeto)		3										3
Promoção ao Desenvolvimento Industrial												
Promover o desenvolvimento industrial através de ações e programas que visem o aumento do PIB da indústria mineira												
Evento Realizado (Evento)		2			1							3
Central de Dados e Informações Criada (Sistema)		1										1
Ação de Interiorização das Atividades de Fomento à Indústria Realizada (Evento)			1									1
Estudo Realizado (Estudo)		1										1
Equipamento Adquirido (Equipamento)		12										12
Mobiliário Adquirido (Mobiliário)		20										20
Seminário Realizado (Seminário)			1		1							2
Projeto Executivo Elaborado (Projeto)		2	3			1	1		1	2	2	12
Terreno Adquirido (M²)		1.200.000	1.150.000	75.000		400000	50.000		300.000	100.000	425.000	3.700.000
Obra de Infra-Estrutura Executada (M)		5.000	8.140	4.000	1.500	2.500	500		1.000	1.000	2.000	25.640
Galpão Construído (Galpão)										2		2
Estudo de Impacto Ambiental Elaborado (Estudo)		2	3	3	2	1	1		1	2	2	17





garantir o apoio dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais à execução das ações de governo												
Equipamento Adquirido (Equipamento)	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Obra Realizada (Obra)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Móvel e Equipamento Adquirido (Móvel/Equipamento)	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Veículo Adquirido (Veículo)	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Promoção ao Desenvolvimento Industrial												
Promover o desenvolvimento industrial através de ações e programas que visem o aumento do PIB da indústria mineira												
Evento Realizado (Evento)		2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Central de Dados e Informações Criada (Sistema)		1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ação de Interiorização das Atividades de Fomento à Indústria Realizada (Evento)		-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	3
Estudo Realizado (Estudo)		2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	4
Seminário Realizado (Seminário)		-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	3
Projeto Executivo Elaborado (Projeto)		6	3	4	3	2	6	4	2	4	4	38
Terreno Adquirido (M²)		1.650.000	850.000	950.000	1.500.000	900.000	2.500.000	1.000.000	350.000	1.300.000	850.000	11.850.000
Obra de Infra-Estrutura Executada (M)		2.300	2.500	2.200	3.200	1.800	4.250	2.000	1.900	2.500	2.000	24.650



Reforma Realizada (Reforma)	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49
Assessoria Prestada (Assessoria)	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84
Projeto Aprovado (Projeto)	48.030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.030
Promoção do Registro do Comércio												
Garantir, dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis na forma da Lei												
Requerimento Atendido (Requerimento)	720.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720.000
Apoio Creditício à Atividade Industrial												
Empresa Financiada (Empresa)		5.895	1.098	2.904	915	804	2.535	435	1.428	1.545	1.131	18.690

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2000					
SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
					RS1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total

Apoio à Administração Pública	1.896	1.997	3.893	235	4.128
Obrigações Especiais	2.744		2.744		2.744
Implementação do Plano Setorial de Informatização		139	139	95	234
Promoção ao Desenvolvimento Industrial	180	9	189	19.809	19.998
Promoção do Desenvolvimento Comercial e de Serviços	141	10	151		151
Promoção do Registro do Comércio	2.343	1.258	3.601	65	3.666
Apoio Creditício à Atividade Industrial		32.000	32.000	458.774	490.774
Contribuição a Entidades e Fundos				2.529	2.529
<b>Total</b>	<b>7.304</b>	<b>35.412</b>	<b>42.716</b>	<b>481.507</b>	<b>524.223</b>

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2001/2003

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
					RS1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total

Apoio à Administração Pública	3.732	1.539	5.271	2.379	7.650
Obrigações Especiais	3.912		3.912	2.482	6.394
Implementação do Plano Setorial de Informatização		147	147		147
Promoção ao Desenvolvimento Industrial	649	135	784	71.955	72.739
Promoção do Desenvolvimento Comercial e de Serviços	516	151	667		667
Promoção do Desenvolvimento do Turismo				550	550
Promoção do Registro do Comércio	15.952	9.014	24.966	396	25.362
Apoio Creditício à Atividade Industrial		96.000	96.000	1.376.321	1.472.321
Contribuição a Entidades e Fundos				7.588	7.588
<b>Total</b>	<b>24.761</b>	<b>106.986</b>	<b>131.747</b>	<b>1.461.672</b>	<b>1.593.419</b>

IX - ficam acrescentadas, no setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, as seguintes diretrizes:

empreender gestões para resgatar o Planejamento Integrado dos Transportes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, objetivando efetivar prioritariamente a integração do transporte sobre trilhos, visando a aumentar a capacidade do transporte de massa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

redefinir, por meio de lei específica, o Sistema Estadual dos Transportes, visando a conferir autonomia à gestão do Setor Transporte, capacitando-o à promoção do desenvolvimento integrado dos diversos modais de transporte;

X - nos Programas, Objetivos e Metas por Região, ano 2001-2003, Setor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Programa Estudos e Pesquisas Hidrológicas - Elaboração do plano diretor supervisionada (plano), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região II - 2

Região IV - 2

Região VII - 2

Região VIII - 2

Região IX - 2

Região X - 2";

XI - na parte relativa ao Poder Judiciário, referente ao Tribunal de Justiça, fica substituído o objetivo de "construir dez prédios de fóruns..." por "construir onze prédios de fóruns e

promover a reforma e ampliação de outras 80 edificações, perfazendo 140.000m<sup>2</sup> (cento e quarenta mil metros quadrados) construídos;

XII - fica acrescentado o Setor Bombeiro Militar, transferindo-se para seus quadros os programas e metas relativos às atividades de Bombeiro Militar e de Defesa Civil constantes nos quadros do Setor Polícia Militar;

XIII - fica acrescentada, no quadro Programas, Objetivos e Metas Por Região, 2001/2003, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Edificações Públicas, na meta Aeroporto Melhorado (Aeroporto), uma unidade na macrorregião II;

XIV - ficam acrescentadas, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Educação, no Programa Universalização do Ensino Fundamental, na meta Prédio Construído, duas unidades na macrorregião II;

XV - fica acrescentada, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Indústria, Comércio, no Programa Promoção ao Desenvolvimento Industrial, a meta construção de distrito industrial, prevendo-se a construção de um distrito industrial na macrorregião II;

XVI - fica acrescentada, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Turismo, no Programa Promoção do Desenvolvimento do Turismo, a meta construção de centro de convenções, feiras e eventos, prevendo-se a construção de uma unidade na macrorregião II;

XVII - fica acrescentada, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Saúde, no Programa Edificações Públicas, na meta Unidade Predial Construída (unidade), uma unidade predial na macrorregião II;

XVIII - fica acrescentada no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001-2003, Setor Agropecuária, no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural, a meta Incentivo à Fruticultura, prevendo-se a ação correspondente na macrorregião II;

XIX - no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Restauração de Rodovias, o quantitativo da meta Rodovia Restaurada (km), para a macrorregião II, passa a ser de 296km (duzentos e noventa e seis quilômetros);

XX - fica acrescentado, nos Programas, Objetivos e Metas por Região, 2000, 2001/ 2003, Setor Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Programas e Metas, o programa de recuperação/preservação e manejo das Sub-bacias hidrográficas nas Regiões II, IX e X;

XXI - fica acrescentada, nos Programas, Objetivos e Metas por Região, 2000, Setor Educação - Programas de Atendimento ao Ensino Superior, a meta Criação de ensino superior, em articulação com as instituições estaduais ou federais existentes, integrando centro de capacitação continuada para professores, nas regiões II, IX e X;

XXII - nos Programas, Objetivos e Metas por região, Ano 2000 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa de Infra-Estrutura urbana - Trecho de Rodovia Vicinal Melhorado (Km), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região II - 3

Região III - 7

Região VII - 10

Região VIII - 10

Região IX - 5

Região X - 5;

XXIII - nos Programas, Objetivos e Metas por região, 2001/2003 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa de Infra-Estrutura urbana - Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes

Região VI - 15

Região VII - 25

Região VIII - 30

Região X - 20;

XXIV - nos Programas, Objetivos e Metas por região Ano 2000 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa de Infra-Estrutura Urbana - Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região VIII - 10

Região II - 2

Região X - 4;

XXV - nos Programas, Objetivos e Metas por região, Ano 2000, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa Preservação do Meio Ambiente - Programa de Educação Ambiental Realizado (Programa), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Estado - 4

Região X - 2;

XXVI - nos Programas, Objetivos e Metas por região, 2001/2003, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa Edificações Públicas - Unidade Construída (unidade), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região I - 17

Região II - 2

Região IX - 2

Região X - 3;

XXVII - nos Programas, Objetivos e Metas por região Ano 2000 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa Edificações Públicas - Unidade Construída (unidade), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região I - 3

Região II - 2

Região IX - 1

Região X - 2;

XXVIII - nos Programas, Objetivos e Metas por região , 2001/2003, Setor Educação - Programas Atendimento ao Ensino Profissional - Centro de Educação Profissional Implantado, a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região III - 6

Região II - 1

IX - 1

X - 1;

XXIX - nos Programas, Objetivos e Metas por região, Ano 2000, Setor Educação - Programas Atendimento ao Ensino Profissional - Centro de Educação Profissional Implantado (centro), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região III - 2

Região X - I;

XXX - nos Programas, Objetivos e Metas por região, 2001/2003, Setor Educação - Programas Atendimento ao Ensino Profissional - Centro de Educação Profissional Construído (centro), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região I - 3

Região II - 1

Região X - 1;

XXXI - nos Programas, Objetivos e Metas por região, Ano 2000, Setor Educação - Programas Atendimento ao Ensino Profissional - Centro de Educação Profissional Construído (centro), a quantificação e a regionalização das metas passam a ser as seguintes:

Região III - 1

Região II - 1

Região X - 1.